



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGINHA  
CMSV**

Rua Delfim Moreira, 246, Salas 101 e 102

Centro, Varginha – MG CEP 37002-070

Fone: (35) 3690-2211

Website: [www.conselhodesaudedevarginha.org](http://www.conselhodesaudedevarginha.org)



**REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CMSV – 16/03/2021**

Ata da Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Varginha (MG), de nº 386, realizada por videoconferência no aplicativo *Google Meet*, no dia 16 de março de 2021, com início às 18h35. **Conselheiros presentes e segmentos na Saúde:** Brígida de Fátima Batista Gomes (Gestores), Carlos Ailton Martins da Silva (Gestores), Célio Ferreira (Trabalhadores), Cláudio Miranda Souza (Usuários), Daniele Caroline Faria Moreira (Trabalhadores), Fanny Fernandes Valias (Usuários), Hudson Lebourg Vasconcelos Batista (Trabalhadores), Juviane Silva (Gestores), Leila da Silva Azevedo (Trabalhadores), Paulo Henrique Pazotti (Usuários), Talma Alves Ferreira (Usuários), Thaís Corcetti (Usuários), Valdene Rodrigues Amâncio (Trabalhadores), Vinício Felipe Brasil Rocha (Gestores) e Zelma Dominghetti (Usuários). **Faltas justificadas:** Carlos Henrique Peloso Silva Junior (Trabalhadores), Luiz Carlos Coelho (Gestores) e Pâmela Pererira Cândido (Gestores). **Convidado:** Augusto Cesar Sousa Raimundo. **Registramos as presenças de:** Aerton de Paulo Silva (diretoria/SIMPROMINAS – Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais), Alessandra Aparecida de Paula (educadora/SEDUC – Secretaria Municipal de Ensino), Ana Paula Tavares (SEDUC), Anderson Silva, Antônio Amorim Carvalho (CUT – Central Única dos Trabalhadores e SINTTEL MG – Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações), Aparecida Helena Moreira Pompeu, Bruno Liriane Marongio, Catherine Bueno Domingueti (coordenadora do curso de Biomedicina – UNIFENAS/Campus Varginha), Cláudia Cardoso, Cristiano Pereira, Cristina Rezende Valle Souza, Daiana Rosa (SEDUC), Francine Novais, Gisele Sampaio (SEDUC e representante do SIND-UTE – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de MG), Glória Oliveira, Janaína Santos Batista Cardoso, Jaqueline Brito, (SEDUC), Juliana Marciano Campos (SEDUC), Kamila Rangel (estudante de Medicina), Ligia Caldonazo Cardoso, Luana Barbosa, Luiz Gonzaga, Maria Barbosa, Maria Helena Barreiro Maciel, Maria José Garcia (SEDUC), Maria José Guidugli de Mendonça, Marielle Jacinta Pereira Costa, Marilena Custodio, Marli Faiz (assistente social), Micaela Costa Sarto Barboza (SEDUC), Mônica Junqueira Cardoso Lacerda (diretoria/SINPROMINAS), Namar Oliveira Silva Figueiredo (assistente social), Natália Batista Campos, Nelson Pereira (presidente/SINPROMAG - Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Pública Municipal), Paula Andrea, Regiane Leco, Regiane Pereira, Rosilene Oliveira de Sousa (educadora – CAS, Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez), Tamires Pereira, Thales Alegro (educador – Rede Estadual de Ensino), Thales Figueiredo, Thiago Rodrigues (SINTECT MG – Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Correios e Telégrafos e Similares do Estado de MG), Vanessa Lima, Verônica Alves (SEDUC), Zélia Peres da Cruz e Zilda Aparecida dos Santos (educadora). **Inaugurados os trabalhos**, primeiramente, o presidente Cláudio Miranda dá as boas-vindas e orienta a todos a se apresentarem no chat para registro da presença, considerando o grande número de participantes. Orienta que hoje já tem uma pauta pré-estabelecida que será seguida e posteriormente abrirá o momento para a fala da comunidade, que deve ser motivada pela publicação do novo decreto municipal, no dia de hoje, sobre as restrições no comércio e não adesão a “onda roxa” do Minas Consciente. Cláudio inicia com os **informes aos conselheiros:** foi encaminhado via e-mail a deliberação sobre a programação com pautas obrigatórias pela Lei Complementar Nº 141 e que precisam ser seguidas (relatórios de contas quadrimestrais, Programação Anual de Gestão/RAG e

o Plano Municipal de Saúde); uma das pautas obrigatórias será avaliada hoje – o RDQA; foi enviado também a resolução do conselho para informar sobre o horário de início da reunião que será iniciada às 18h30, conforme decidido no início do ano. Em seguida foi dada a palavra ao conselheiro Célio para **informes da CISTT** (Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora). O conselheiro faz uma breve explanação sobre a CISTT que se trata de uma comissão de assessoramento ao conselho para articular políticas de saúde para o trabalhador e trabalhadora, com representantes de diversos setores. Informa sobre o processo de recomposição da CISTT e, dando prosseguimento, da Comissão Especial Covid-19, que busca articular os setores específicos para medidas de proteção ao trabalhador de forma orientativa. Recentemente já houve a reunião com os professores para retorno seguro das aulas presenciais e para dia 18/03 já está agendada reunião instrutiva com o setor de clínicas de Medicina do Trabalho. **Seguindo a pauta do dia, será apresentado o relatório de contas do quadrimestre anterior** por Augusto - coordenador do Setor de Saúde Bucal do município. Iniciando sua fala, solicita ao conselho uma reunião extraordinária para apresentação do Relatório Anual de Gestão e Pactuação Interfederativa do ano de 2021, ficando acordada, sem oposição do Colegiado Pleno, a data de 30/03, às 18h30. Augusto explica que fará a apresentação do relatório quadrimestral referente aos meses setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020 e informa que foi enviado aos conselheiros por e-mail uma versão mais completa, com os gastos detalhados por mês, para apreciação, e que hoje será apresentada uma versão do relatório resumido de execução orçamentária que é o mesmo que vai para o Sistema de informação do SUS (Sistema Único de Saúde). Explica que Varginha é um polo macro e que é referência de vários serviços de saúde para a região. A produção da Atenção Primária foi aumentando ao longo dos quadrimestres, quando se foi retomando as ações da Atenção Primária, após início da pandemia de Covid-19. Apresenta as principais causas de internações: neoplasias, doenças do aparelho circulatório, parto e puerpério e doenças neonatais. São mostrados números de internações. Chama atenção para o aumento do número de internações para doenças infecciosas e parasitárias, onde se enquadra a Covid-19. Sobre as produções assistenciais, onde está a Média e Alta Complexidade (MAC), diagnóstico de laboratório clínico, que estão como primeiro lugar nos gastos em saúde - apesar de exames simples tem um grande volume; seguido pelo tratamento de oncologia e tratamento em nefrologia, devido ao alto custo dos procedimentos e Varginha ser uma referência regional nesses serviços. Quanto aos prestadores de serviços os principais para MAC são: IPD, Hospital Regional do Sul de Minas, Hospital Bom Pastor e Nefrossul. Quanto aos repasses recebidos pelo município, percebe-se que a pandemia gerou um grande aumento desses repasses, tanto do Governo Federal, quanto do Governo Estadual, ultrapassando os valores previstos. Na aplicação do município, a legislação exige um repasse de 15% do seu orçamento total de aplicação obrigatória em saúde, porém sabe-se que o município investe muito mais. Já no primeiro quadrimestre investiu R\$ 30 milhões (12 milhões acima do obrigatório); no segundo quadrimestre R\$ 62 milhões (R\$ 31 milhões acima) e no terceiro quadrimestre R\$ 86 milhões - 27,9% da receita corrente do município que corresponde a R\$ 40 milhões por ano. Quando se observa a divisão dos recursos entre os setores, nota-se como a Média e Alta Complexidade (MAC) consomem a maior parte dos recursos. Dos investimentos municipais do terceiro quadrimestre teve-se R\$ 18 milhões para Atenção Primária/Básica (AB); R\$ 54 milhões para MAC; R\$ 3 milhões para suporte profilático e terapêutico; R\$ 1 milhão para Vigilância Sanitária (VISA) e R\$ 2 milhões para Vigilância Epidemiológica. A lógica não é diferente quando se observa os recursos federais e estaduais, sendo R\$ 9 milhões para AB e R\$ 116 milhões para MAC. Das despesas totais liquidadas do município teve-se R\$ 27 milhões para AB; R\$ 171 milhões para MAC; R\$ 4 milhões para farmácia; R\$ 2 milhões para VISA e R\$ 3 milhões para Vigilância Epidemiológica. Total de execução em saúde de R\$ 240 milhões. Apresenta uma série histórica do quanto o município tem aplicado a mais do que o exigido dos 15% pelo município, sempre aplicando valores acima e que tem aumentado nos

últimos anos. Augusto se coloca à disposição para esclarecer dúvidas que também podem ser encaminhadas por e-mail para serem respondidas posteriormente. O presidente Claudio faz um questionamento sobre a Resolução Nº 459 do CNS (Conselho Nacional de Saúde), que coloca que o RDQA deve estar ligado à programação anual, para que seja possível acompanhar se as metas estão sendo atingidas. Ainda que seja importante verificar os investimentos e custeios no âmbito do SUS, esses dados não podem ser desacompanhados da programação; o RDQA, para a Resolução Nº 459 - que dispõe não só sobre uma questão financeira, mas também refere os indicadores de saúde da população, considera indicadores de oferta, cobertura, produção de serviços e de saúde, passíveis de apuração quadrimestral, que possibilitem o monitoramento das ações da Programação Anual de Saúde. Augusto concorda com essa posição e levará a demanda pra SEMUS (Secretaria Municipal de Saúde). Explica ainda que o novo sistema DigiSUS tem uma interface que permite fazer todos esses links dos relatórios e programações, o que facilitará o processo de análise, porém, atualmente o sistema está instável e não temos disponíveis os dados de Varginha. Cláudio destaca a importância de se observar a resolução para que seja aprimorado o mecanismo de controle do Conselho. Augusto complementa que providenciará essas análises para permitir vincular os gastos com os setores e metas, para as próximas reuniões. Cláudio agradece a Augusto pela apresentação. Seguindo a reunião, **seria pautada a situação da Covid-19 na cidade**, mas o presidente justifica a ausência do secretário de saúde Dr. Luiz Carlos Coelho, que enfrentou um dia muito extenuante, com reuniões desde a manhã sobre a discussão da entrada de Varginha na “onda roxa” e no período da tarde se debruçaram em construir o decreto, publicado no fim da tarde, e que por isso, o mesmo não teve condições de estar na reunião; foi um dia muito conturbado e desgastante, inclusive para o presidente do CMSV que participou da reunião do Gabinete Especial de Enfretamento à Covid-19. Assim, o assunto será pautado na próxima reunião do Conselho. **O presidente faz um resumo da reunião do Gabinete de Crise:** o prefeito Vêrdis falou primeiro e explicou que a reunião já estava agendada para discutir sobre redução da jornada de bares e mercados, porém houve surpresa do anúncio do governador sobre imposição da “onda roxa” para todas as regiões do Estado e comenta do estresse do sistema saúde e dificuldades sociais e econômicas. Dr. Luiz Carlos falou sobre a situação de *stress* da rede hospitalar e o que tem sido feito sobre o tema. Em seguida falou o presidente do CMSV, Cláudio, se posicionando a favor da adoção da “onda roxa”, uma vez que é um momento de medidas restritivas mais focadas e observando-se a situação da região, pois, o SUS é assim, e essa sempre foi a posição do Plenário do Conselho. Na sequência vários seguimentos foram falando, inclusive alguns defenderam o tratamento precoce e o Dr. Luiz Carlos fez uma explanação da ineficácia e risco associado a essa prática. Discutiu-se então sobre aderir a “onda roxa” e os únicos setores que votaram a favor foram o Sindicato dos Comerciantes e o Conselho de Saúde. O Conselho defende que, pelo sistema de saúde ser regionalizado, defende a necessidade de uma ação coordenada da região no sentido de ações coerentes para contenção da Covid-19, uma vez que há um reflexo sobre todo o sistema regional. O restante dos setores votou contra a adesão à “onda roxa” e pela adoção de medidas mais restritivas, porém editadas pelo município, sendo proposta a restrição das atividades em clubes, sendo as atividades essenciais as únicas autorizadas a funcionar entre 20h e 5h, e as não essenciais das 12h às 20h. Cláudio fala também sobre a realidade da ocupação de leitos no município e lembra que 80% de ocupação é o mesmo que não ter leitos, e hoje é esta a realidade, devido à formação de filas. Não foram suspensas as atividades religiosas e Cláudio defende essa restrição, uma vez que gera aglomeração de pessoas em ambientes fechados. O segmento educacional não foi discutido na reunião de hoje. Em seguida, Cláudio abre fala para os participantes da reunião, que tem hoje um grande número de profissionais da educação. Fanny pede espaço para fala, a mesma relata que vários segmentos se organizaram para estarem presentes na reunião do Conselho de Saúde e trazer uma carta aberta assinada por diversas instituições, que foi protocolada na prefeitura no dia de hoje. Fanny faz homenagem ao educador

Raoni Luiz de Souza Siqueira, de 23 anos, que faleceu aguardando por seis dias um leito de UTI (Unidade de Tratamento Intensivo); que não houve diagnóstico conclusivo e nem tratamento direcionado. Fanny coloca sobre a urgência de adoção de medidas mais restritivas devido ao colapso do sistema de saúde, pois na opinião do setor o decreto publicado pela prefeitura será insuficiente. Dessa forma, Fanny faz a leitura da carta aberta, que foi inclusive assinada por vários segmentos associados aos professores e partidos políticos. Além disso, havia mais 300 assinaturas da população em geral em redes sociais. A fala é aberta para Mônica, que repudia a posição do prefeito não ter aderido à “onda roxa”, devido ao momento crítico que Minas passa. Existem relatos de irregularidades nas escolas particulares que foram denunciadas à Vigilância Sanitária, porém não houve resposta e o prefeito ignora ao afirmar que as escolas são exemplos de conduta com relação ao protocolo sanitário. Mônica diz que não adianta o apelo do secretário de saúde e do prefeito Vêrdis se os governantes não tomam as medidas necessárias. Mas a mesma acredita que precisa ser realizada a fiscalização. Cobra a prefeitura que se posicione e que coloque a vida da população acima da pauta econômica. Em seguida fala o professor Nelson. Sente-se feliz por reunir 70 pessoas para discutir essa pauta tão importante. Agradece o espaço de fala no Conselho. Fala representando a rede dos trabalhadores municipais da educação com objetivo de tentar sensibilizar o prefeito e seu secretariado. A rede de profissionais se posiciona contra a medida municipal de exigir o retorno dos profissionais da educação às escolas. Acreditam que não existe segurança; diz que existem relatos de contaminação dos profissionais da rede municipal após retorno aos trabalhos presenciais na escola. Critica o fato das escolas particulares serem vistas pelo prefeito como exemplo de seguimento dos protocolos, mas por outro lado, uma escola optou por fechar. Afirma ainda que os trabalhadores não têm condições de retornar as aulas presenciais em 05/04 e que 70% das famílias já sinalizaram que não enviarão seus filhos para as escolas. Pede que, se possível, se for dentro da legalidade, haja uma manifestação formal do Conselho de Saúde e do secretário municipal de saúde sobre este retorno das aulas da rede municipal de ensino. Cláudio verificará se existe legalidade no Conselho para emitir esse posicionamento, pois a matéria, aparentemente, extrapola a alçada do Colegiado, e também há a necessidade de estudar o posicionamento dos órgãos de saúde sobre a segurança do retorno as aulas. É dada a palavra para Marli Faiz, assistente social. Ela diz que atuou por cinco meses na política da pessoa com deficiência e questiona a prioridade da vacinação; discute-se onde são colocados inicialmente os idosos e acamados, mas não se coloca o direito dos deficientes de serem considerados prioridade na vacinação. Marli coloca que já foi representante em conferências de saúde e sabe o poder do Conselho. Fala da necessidade de se posicionar, pois, a mesma acredita que professores e alunos estão sendo colocados na linha de frente e o momento exige que a vida seja colocada à frente da economia. Cláudio, explica que existe uma deliberação da CIB (Comissão Intergestores Bipartite), que coloca uma priorização em escala para a vacinação, devido à falta de vacinas. Existem grupos prioritários dentro das prioridades. Sobre a atuação e importância do Conselho de Saúde, Cláudio lembra que existem limites institucionais e legais, e que é uma escolha trágica e que os deficientes são prioritários, mas a listagem que vem também pelo PNI (Programa Nacional de Imunizações) precisa ser seguida. Marli acrescenta que é o momento os vereadores que foram eleitos para representar o povo exijam do prefeito um posicionamento sobre o assunto. A conselheira Valdene, tem seu espaço de fala e elogia o setor da educação sobre sua mobilização para participar do Conselho e também parabeniza a atuação do CMSV durante a pandemia - que tem trabalhado incansavelmente para manter sua atuação nesse período delicado. Valdene coloca-se como representante dos profissionais da saúde e também como professora do ensino superior e reitera a importância dos professores participarem mais vezes das reuniões do Conselho, considerando a grande relevância da educação e como a saúde exige um trabalho em rede. Lembra a importância do Conselho de Saúde como instrumento do controle social. Valdene se posiciona contra o retorno das aulas presenciais; é uma posição pessoal, porém, considera que é

um momento delicado e que não há segurança para retorno das aulas. Diz que o secretário de saúde, apesar de sua ausência na reunião de hoje, nunca falta e sempre se coloca disponível para ouvir e trazer as informações sobre as ações do município. Valdene lembra que Varginha tem seguido o protocolo nacional de vacinação e que não tem nada irregular no processo de vacinação do município. Coloca que Dr. Luiz Carlos tem sido incansável em busca de solução para todas as questões e gostaria que ele pudesse ouvir os professores. Claudio diz as atas do Conselho ficam disponíveis para leitura no site. O conselheiro Hudson questiona do porquê foi colocada a restrição de 30% de ocupação para as atividades religiosas, pois considera que as igrejas tem um papel social no apoio às pessoas nesse momento de pandemia. Outro questionamento, é a possibilidade do Conselho solicitar à Vigilância Sanitária fazer uma ronda a fim de fiscalizar pessoas sem máscara nas ruas, especialmente na área central, sem a necessidade de enviar denúncia, já que é de conhecimento geral que esses locais tem várias pessoas que não fazem o uso da máscara. Claudio explica que ficou pactuado que o órgão responsável por essa fiscalização é a Guarda Civil Municipal (GCM) e que uma possível explicação para a falta de fiscalização mais ostensiva é pela baixa no quadro de profissionais devido a contaminação por Covid-19 e que a própria GCM mesmo com essa limitação irá registrar o questionamento. Em seguida é passada a palavra para a cidadã Marieli. Ela elogia o trabalho do CMSV pelo compromisso com a defesa da ciência e das ações em saúde pautadas na técnica, e lamenta a posição da prefeitura de se posicionar contra as medidas técnicas sugeridas para controle da pandemia. Fala como professora da rede pública e particular, que conhece a realidade das salas de aula, onde observa que os alunos não usam máscara; que os protocolos não são seguidos, pois acredita que é impossível pela realidade da própria escola, cumprir os protocolos sanitários, construídos pela própria instituição. Relata que as experiências dos municípios próximos revelam não haver um ambiente seguro dentro das escolas, com grande número de contaminações. Se um aluno contaminar, quem será responsável pela contaminação? Os alunos frequentam festas, se aglomeram fora das escolas e dentro das escolas não seguem os protocolos, não respeitam o distanciamento, por isso, acredita que não estamos prontos para o retorno presencial, pois isso irá impactar no sistema de saúde, podendo ocorrer surtos; registra que não tiveram relatos de surtos até o momento, mas poderá ser uma realidade com o retorno de mais escolas em atividades presenciais. Critica a posição do prefeito de trocar o protocolo da educação após as eleições; acredita que é uma posição política. Cláudio agradece a fala e complementa que as políticas públicas são feitas com diferentes atores, com diferentes entendimentos, inclusive com pessoas que não compreendem o método científico, querendo defender posições que estão em movimento contrário do que defende a ciência. Compreende a dificuldade do momento, como exemplo o protocolo da educação – que não foi discutido apenas com a vigilância sanitária, ele foi discutido com diversos setores e a política pública acaba sendo feita como é possível e nem sempre como ideal. Valdene toma a fala e coloca que existem vários trabalhadores que estão colaborando nesse momento, que estão fora da gestão, como exemplo a Vigilância Sanitária, que tem trabalhado incansavelmente. Uma cidadã questiona sobre o protocolo atual se poderá atuar com aulas de hidroginástica, porém não foi possível responder essa questão e o presidente Claudio irá auxiliar a cidadã pela busca da resposta. Em seguida fala a Sra. Cristiane - coordenadora dos cursos da Unifenas. Questiona como se dará o toque de recolher, uma vez que os alunos do último ano tem aulas presenciais no horário noturno. Cláudio, explica que por ser curso da área da saúde, esses alunos não serão impactados; que em Varginha não será implantado toque de recolher, mas sim uma recomendação para que as pessoas se recolham às casas após às 20h; porém não haverá multas ou proibição de circulação. Valdene, acrescenta que existem diferentes entendimentos sobre esse toque de recolher, sendo diferente o posicionamento do município de Alfenas sobre as aulas de estágio. Acredita que os alunos da saúde devem ser equiparados aos trabalhadores no sentido de ter livre circulação. Valdene elogia o trabalho da professora Cristiane, pelo seu papel em oferecer

curso de capacitação para professores. Cristiane e Valdene complementam respondendo as colocações do *chat* explicando que são alunos do último ano, concluintes, e por isso as práticas de saúde não foram interrompidas. Já as aulas presenciais não estão ocorrendo. Claudio complementa que esses alunos prestam serviços à população com os atendimentos dos estágios. Cristiane explica, ainda, que estão seguindo com muito cuidado e os protocolos; que tiveram muito apoio da Vigilância Sanitária para orientações quanto aos protocolos e agradece o espaço de fala. Claudio pede que o conselheiro Vinício faça uma fala, por ser trabalhador da saúde e que estava também na reunião do Gabinete de Crise. Vinício diz que precisamos estar todos mantendo atentos os cuidados; nossos esforços não devem ser individuais e sim coletivos, para vencermos esse momento atípico. O momento é bastante preocupante, pois estamos atingindo o máximo da taxa de ocupação; não é possível combater uma pandemia só criando leitos. São urgentes as medidas para combater o contágio. Alerta que precisamos ser mais unidos e não apenas pensar no nível municipal, mas também no regional. Existem várias pandemias: a pandemia das fake news, a negação da ciência. A pandemia não pode ser vista só pelo lado virológico de curvas, pois são vidas, famílias que estão envolvidas. Precisamos procurar estarmos mais próximos das medidas que vão salvar vidas. Cláudio finaliza, sensibilizando os participantes para buscarem falar com os vereadores, pois nem todos tem conhecimento científico e podem ouvir as pessoas. Defender as medidas que podem favorecer o SUS e conseqüentemente as pessoas. Hudson relembra do questionamento sobre a definição da ocupação de 30% em templos religiosos e o presidente Claudio explica que a reunião de hoje não discutiu esse tópico. Valdene lembra que essa definição já vinha de outros decretos e pode ser devido à necessidade de distanciamento. Fanny questiona sobre a ocupação dos leitos de UTI que não são para Covid-19, pois se sabe da grande demanda dos hospitais e gostaria de saber sobre essa taxa de ocupação para Covid-19 e também para os demais casos também, pois, qualquer pessoa pode precisar. Cláudio científica o Conselho que ele e a conselheira Brígida participaram da reunião para contratação da empresa terceirizada que irá prestar os serviços médicos para os 12 novos leitos de UTI de Covid-19 do Hospital de Campanha. Ainda não estão em funcionamento, mas estarão nos próximos dias. Sobre o número de leitos de UTI geral, pela métrica da Organização Mundial de Saúde Brasil, tem menos leitos do que o recomendado, mas isso é um problema já anterior à pandemia, mas agravado por ela, por isso se coloca sobre a necessidade de suspensão das cirurgias eletivas como forma de evitar a ocupação de leitos, além disso, com uma maior circulação de pessoas, pode haver maior demanda para outras patologias. Houve aumento do número de leitos pelo enfrentamento da pandemia, porém, Cláudio lembra que, antes de se discutir a necessidade da ampliação de leitos, temos que lutar pelo fortalecimento da Atenção Primária para prevenir o agravamento das doenças, o que se refletirá em longo prazo na necessidade da Atenção Terciária. Temos que focar na redução da demanda pelos leitos. A realidade de hoje com a taxa de ocupação acima de 80%, tanto de leitos gerais quanto para Covid-19, é praticamente a de não ter leitos, e nessa realidade, haverá desassistência. A situação é muito grave e não há uma resposta única. Além disso é um problema regional. Não adianta olhar apenas para o município de Varginha, pois o reflexo é geral. Claudio lembra a reunião extraordinária agendada para o dia 30/03/2021. Encerrando os trabalhos de hoje a reunião do CMSV foi encerrada às 20h50. Cláudio agradece a participação de todos e, eu Daniele Moreira, na função de secretária, lavrei esta ata, que será assinada por todos, após lida e aprovada.